

**A OPÇÃO DO BRASIL PELO OCIDENTE E A OPÇÃO DO  
OCIDENTE PELO BRASIL: O GENERAL GOLBERY  
ENCONTRA O BARÃO DE MÜNCHHAUSEN\***

Vânia Noeli Ferreira de Assunção\*\*

*À memória de Maurício Tragtenberg*

O general Golbery do Couto e Silva (1911-87) foi uma das principais personagens da história brasileira a partir dos anos 1950. Unia perfeitamente as qualidades de intelectual e homem prático a serviço da burguesia brasileira. O agir nas sombras era a marca de sua, às vezes, dramática importância para a história do Brasil.

Não obstante a relevância histórica do general, pouca coisa de monta se escreveu acerca de seu pensamento. As análises sobre ele, em sua quase totalidade, constituem-se de artigos curtos, que apenas o tomam como ponto de partida para o estudo de outro tema – seja a auto-reforma do regime, seja a ditadura, sejam temas geopolíticos.<sup>1</sup>

Além de tratarem apenas de um ou alguns dos muitos temas trabalhados por Golbery, tais textos, com raríssimas exceções, também não abordam a integralidade do pensamento do general, pois se baseiam quase sempre só em uma de suas obras, *Geopolítica do Brasil* e especialmente, *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo*, conferência realizada na ESG em 1980. O livro *Planejamento estratégico* é praticamente desconhecido. Ambas escritas no decorrer dos anos 50, tais obras complementam-se e se explicam. Os liames que as unem precisavam ser explicitados por um estudo que tomasse o general em sua integralidade, refazendo os nódulos de seu pensamento e respeitando, inclusive, incoerências e falhas que pudessem existir. Esse foi um dos objetivos do estudo que empreendemos em nosso mestrado, de que destacamos, aqui, a relação entre soberania, nacionalismo, desenvolvimento e opção pelo Ocidente, tal como expressas pelo general.

Golbery realizava uma análise geopolítica do Brasil de caráter eminentemente positivo e otimista. O aspecto negativo ressaltado era o processo incompleto de conquista efetiva do território do Brasil (GB, p. 42),<sup>2</sup> “esse colosso imperial de nossos dias – e muito

mais de um futuro que a passos largos se aproxima” (GB, p. 110). Propunha, em face disto, um *expansionismo para o interior*, a “incorporação efetiva e vitalização de todo o amplo domínio, em grande parte ainda vazio do homem e da civilização fecundadora” (GB, pp. 47; 92; 60-61). De resto, o Brasil “está magistralmente bem situado para realizar um grande destino tão incisivamente indicado na disposição eterna das massas continentais, quando lhe soar a hora, afinal, de sua efetiva e ponderável projeção além-fronteiras” (GB, p. 213).

Como prenúncio dessa construção, acreditava o general, havia uma evolução favorável do país em todos os campos. Uma população crescente e migrante ia vivificando, humanizando e unificando o território nacional. Bem assim, no campo econômico, haviam sido “ultrapassadas, embora nunca de todo, as formas pré-capitalistas”, com o que a economia brasileira ia-se elevando a tipos estruturais mais modernos “pela industrialização intensiva, não confinada aos meros bens de consumo mas alicerçada na grande indústria de base” e voltada à constituição de um mercado interno de “grandes e inegáveis potencialidades amplas”. Também havia progresso nas possibilidades de concorrência no mercado internacional (GB, p. 71) – o que permitia visualizar a superação das formas de produção semicoloniais do país:

Não mais a exclusiva produção de bens primários, de matérias-primas e outros produtos de exportação, sujeita a todas as escorchedouras imposições do exterior e jungidas inteiramente nos moldes das clássicas *plantations*, aos interesses imediatistas de empresários e capitalistas estrangeiros. (...) Não mais a secular renovação de ciclos econômicos (...) conduzindo afinal à estagnação e ao desalento, após um período, mais ou menos efêmero, de euforia e riqueza. (GB, pp. 72-73)

Havia, pois, em andamento um desenvolvimento econômico-social,

(...) em ritmo embora ainda inferior ao que seria desejável, dependente sem dúvida, em muito, de contribuições maciças do exterior, mas que apresenta já, de fato, apreciável grau de autonomia em certas áreas progressistas de elevados índices de poupança, amplas economias externas, forte propensão para investir; e, demais, um indiscutível espírito imperialista, alerta e vigoroso, muitas vezes até mesmo incontido e extravagante. (GB, pp. 109-110)

Golbery não ignorava que o “desenvolvimento econômico acelerado, na ânsia de queimar etapas, pode gerar, por si mesmo, as mais sérias crises”, entre as quais citava problemas creditícios, de divisas, inflacionários, “as sucessivas greves, a insatisfação e motins” (GB, p. 72). Ademais, podia agravar os *pontos de estrangulamento* do sistema: déficit energético, problemas nos serviços urbanos, falta de técnicos qualificados, deficiência de mão-de-obra. Se não bastasse,

(...) onera, terrivelmente, as sempre reduzidas disponibilidades de um equipamento de circulação constantemente em forte retardo com relação à demanda; aumenta cada vez mais o alarmante descompasso entre uma agricultura atrasada, de rendimento ainda muito baixo, e uma indústria em promissor avanço, a despeito mesmo dos gravames iniciais que lhe tolhem a produtividade; aumenta, dramaticamente, o perigoso desnível entre as várias regiões do país, exacerbando os contrastes e criando zonas marginais e áreas-problemas – uma periferia nitidamente subdesenvolvida em derredor de alguns núcleos vigorosos de elevado ritmo de expansão econômica. (GB, pp. 72-73)

Tais sacrifícios eram, contudo, imprescindíveis para que, pela industrialização, pudesse ser alcançada, “afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos”, móveis do dinamismo econômico mundial e contribuintes, eles mesmos, para tal desenvolvimento libertário. Isso também virá “em benefício da unidade e da coesão nacionais, e na articulação cada vez mais sólida das diversas porções do amplo domínio (...) a núcleos propulsores radicados no próprio território e, sobretudo, orientados por genuínos propósitos nacionais” (GB, pp. 72-73).

Já “No campo psicossocial, a despeito dos enormes tropeços e de muitos erros de orientação”, a educação se avigorava, ampliando-se seu âmbito de difusão e distanciando-se de um “academicismo de ostentação para formas mais técnicas e bem mais produtivas” (GB, pp. 72-73). Ocorria um “enrijecimento benéfico da estrutura psicossocial da nação”, pois, mesmo que o problema social fosse ameaçado de agravamento pelas intermináveis crises político-econômicas (que cristalizavam interesses e conscientizavam as classes de sua concorrência), era amenizado pelo sentimento profundo da unidade nacional, pelo orgulho pela terra e pela gente e pelo espírito nacionalista, ainda que fosse este “sem dúvida muito à flor da pele e o seu tanto primário” (GB, pp. 72-73). Também melhoravam os padrões sanitários, embora não tão ampla e rapidamente como seria necessário. E, lamentava o general, como não poderia deixar de ser, numa sociedade “que se caracteriza por tão elevado índice de mobilidade social”, decaía visivelmente “o tono de moralidade sob a pressão das vivas dificuldades econômicas, da competição desenfreada, do ritmo agitado e cansativo da vida e não menos ao estímulo de muita propaganda perniciososa” (GB, pp. 72-73).

No campo político, à parte a “espetacular sucessão” de formas institucionais adotadas até chegar à atual, República federativa com regime representativo presidencial, e “por sob a dinâmica partidária, o estilo tão criticado e tão criticável da vida pública, funcionamento precário do sistema opinião pública-governo e propaganda, a ingerência tão poderosa e sutil do poderio econômico”, o que realmente valia assinalar, considerava o general, “é o inegável processo de maturação política das massas, cada vez mais adensadas nos grandes e médios centros populacionais e, dia a dia, graças à penetração dos

múltiplos meios de comunicação e difusão de idéias, mais atentas e mais participantes da vida pública” (GB, pp. 72-73). Passaram à história o velho senhor de engenho e a figura tradicional do “coronel” do interior. Bem assim, as “aristocracias rurais cederam inteiramente a dianteira a novas elites – a burguesia comercial, os bacharéis, os barões industriais” – e estas, por sua vez, sofriam desde logo pressões de baixo e crescente infiltração em suas fileiras de elementos egressos de outros estratos, num meio cambiante ao extremo. Sob os influxos de imposições econômicas e de mutações de origem externa, o ideário político também se renovava aceleradamente. E, em conclusão, “segundo uma perspectiva a longo prazo”, “o progresso no sentido de uma democratização efetiva da vida política nacional é sensível e inegável” (GB, pp. 72-73).

Ainda que trouxesse os inúmeros problemas citados, o general considerava a industrialização – pela ajuda externa – a única saída possível: “É que ao Brasil, na hora presente, só há uma escolha: engrandecer-se ou perecer” (GB, p. 62). E, não obstante a tarefa por realizar fosse de “ingente vulto”, ela era necessária para que “o Brasil venha a ser, afinal, o ‘colosso do Sul’”, o que não poderia atingir apenas com recursos próprios. De fato, o Brasil era um país com poupança muito baixa, o que levantava a questão dos recursos para o desenvolvimento: “Podemos nós, com recursos próprios – qual o Barão de Münchhausen – (...) desenvolver o país? Sim. Mas vamos levar demasiado tempo. E passar por sacrifícios muito grandes!” Nesse caminho, ademais, corria-se o risco de não atingir o sucesso, “pois que muitos desses recursos perigarão permanecer eternamente como potenciais inexplorados, como já bem o estão, afinal, aprendendo as nações que se deixaram embalar, anos, décadas a fio, com as glórias fátuas do título, tão pomposo quanto inexpressivo, de ‘país do futuro’” (PE, p. 384).

A alternativa, para ele, era lógica: “A poupança externa que nos venha de outras companhias – transnacionais ou não – estrangeiras talvez represente o acréscimo crítico ao crescimento do Produto Nacional Bruto”. Assim, completava, o Brasil depender essencialmente “e quanto! – do restante do Ocidente e, em particular dos Estados Unidos, para o seu comércio, o seu desenvolvimento econômico, o seu progresso técnico e cultural, até para a sua própria segurança é fato que para nós, brasileiros de hoje, não exige discussão maior” (GB, p. 248).

A conclusão era consoante:

A poupança estrangeira, em certa medida, é indispensável para que asseguremos o próprio processo do desenvolvimento, a fim de atender àquela preocupação (...) do atendimento necessário aos novos contingentes de jovens que vêm ao mercado de trabalho. Então, sem o auxílio da poupança externa, o país poderá se desenvolver; outros têm tentado isso e conseguido, mas com sacrifícios muito grandes e num prazo excessivamente longo para a premência de nosso caso. (PE, pp. 515-516)<sup>3</sup>

Para chegar a efetivar a condição brasileira de “superestado potencial”, o progresso da tecnologia seria de grande valia, “multiplicando-nos as possibilidades e a capacidade de atuação, desde que nos esforcemos em conhecê-lo em primeira mão e assimilá-lo sem retardos” (GB, p. 134). Desta maneira, no que se refere à ajuda externa, havia que levar em conta a transferência de tecnologia: “a engenhosidade brasileira será capaz de inventar muitas coisas, mas certamente vai ter uma dificuldade desnecessária para inventar coisas que já estão inventadas. Se for possível adquiri-las a preços mais baratos do que o de um esforço longo e penoso, será sempre melhor”. Isso não significava descurar totalmente da produção de tecnologia, mas inserir-nos em nichos em que nossa experiência fosse maior, e a concorrência internacional, menor: “Cuidemos daquilo que é específico da nossa economia autóctone – tecnologia do sisal etc.” (PE, pp. 515-516).

Evidencia-se, portanto, que a *ilusão necessária* do bonapartismo era que os capitais externos seriam por nós utilizados para conseguir autonomia, ou seja, com a ajuda externa, conseguiríamos assentar as bases de nossa independência. Golbery tinha alguma consciência da contradição. Ele mesmo citava a frase de Washington: “Deveis sempre ter em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra; e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte da sua independência”. A respeito, a perda da soberania nacional foi uma das preocupações dos estagiários da ESG, em 1980. Inquietava-os, especialmente, a questão das transnacionais e seu domínio sobre certos setores da economia. Golbery ponderava:

(...) o que me parece é que há setores em que, de forma alguma – segundo o princípio que está na Constituição e que todos obedecemos – há setores em que, absolutamente, não se deve permitir a ingerência estrangeira e há outros que se poderão liberalizar mais ou menos. Aliás, entendo que isso é variável com o tempo. (PE, pp. 515-516)

De forma que, concluía ele, “Se conseguirmos manter sob controle nacional – quer dizer, inteiramente fora de pressões excessivas de centros de decisão exteriores – alguns dos setores-chave da economia, teremos garantido a soberania do país” (PE, p. 515). Além disso, a permissão da entrada de capitais estrangeiros e empresas transnacionais era instrumental – seu objetivo era dar-nos condições para andar com nossas próprias pernas e chegar ao mesmo nível das potências de então.

Uma das implicações daquela quadra mundial de interdependência entre os Estados, afirmava o general, era a rediscussão do conceito de independência e de soberania. Afinal,

Nada do que um Estado resolva ou deixe de fazer no cenário internacional ou mesmo no próprio âmbito interno (...) poderá ser realmente indiferente, nos dias de hoje, a outro Estado qualquer. E note-se que uma nação determinada (...) se encontra a defrontar-se com mais

de 80 outros Estados, tantos quantos compõem a atual configuração política do universo e os quais se apresentam, além do mais, constituindo largas malhas de interesses mais ou menos solidários através de organizações das mais diversas. (GB, p. 149)

Se abria espaço para intervencionismos de todos os tipos, essa argumentação não significava, contudo, para Golbery, que a soberania e a independência não fossem mais atributos necessários ao Estado. Pelo contrário: apesar das já citadas indicações de que estava por vir uma nova ordem internacional, dominada por entidades multinacionais, para ele a soberania ainda era uma das mais claras exigências do Estado, sem a qual não podia existir.

A sobrevivência sem qualquer dose apreciável de autodeterminação ou soberania seria, em verdade, no mundo dos Estados-Nações que ainda hoje nos rodeia, apesar de certos sintomas indiscutíveis de transmutação em processo de todo o sistema, uma contradição insolúvel ou mera ficção jurídica; algo sobreviveria sempre, por certo, mas nunca um Estado. (GB, p. 168)

A contradição permanente entre o nacionalismo geopolítico e a opção pelo Ocidente, o ideólogo buscava resolvê-la afirmando que o Estado soberano admitia, “ele próprio, autolimitações maiores ou menores de seu poder de soberania, em benefício da paz ou da cooperação internacionais, quando não mesmo em face de certas graves ameaças de sua total destruição” (GB, p. 168). Mesmo assim, argumentava, se a generosidade materna da natureza cedera ao litoral do país e ao promontório nordestino posição tão favorável à defesa do Ocidente, esse trunfo era *brasileiro* e exclusivamente por nós deveria ser empregado, “por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte (...) e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica” (GB, p. 52).

Ainda sobre a questão da soberania, lembremos que, segundo Golbery, o nacionalismo sadio existente em toda a América Latina fez com que antigos receios quanto aos Estados Unidos fossem abolidos, gerando ressentimentos contrários: o reclamo pela ajuda necessária. Esse *nacionalismo ressentido*, o general também o portava, magoado porque os Estados Unidos não liam nas imutáveis massas continentais o destino grandioso do Brasil, que deveriam ajudar a construir. Constatar que aquele país negociava “a peso de dólares e auxílios vultosos de toda espécie e até à custa de certos recuos, mudanças de opinião e arranhões em seu prestígio, o apoio e a cooperação de povos ou indecisos ou francamente hostis” apenas aumentava o ressentimento, que o general tentava superar propondo: “ façamos valer os trunfos altamente valiosos de que dispomos, para obter os meios necessários ao exercício de uma missão e um dever que decorrem da própria terra” (GB, p. 52).

Como “o preço do poder é a responsabilidade”, poderíamos, de um lado, utilizar-nos dos trunfos geopolíticos que possuíamos para a defesa da civilização ocidental, mas, de outro, não podíamos deixar de aceitar, “e aceitá-los conscientemente”, os ônus decorrentes deles, pois “de forma alguma poderíamos abrir mão de deveres que são exclusivamente nossos, como o da integridade do território nacional e não menos o da segurança do Atlântico Sul ao qual estão vinculadas a nossa prosperidade e, sem dúvida, a nossa sobrevivência” (GB, p. 52). Pois, se o Brasil subsistisse – e se subsistisse *em segurança* –, “poderá bem ser destino seu recolher a herança de cultura de uma civilização portentosa que se tenha esvaído na loucura da guerra (...) ‘como corredores olímpicos passando de mão em mão o facho luminoso da vida’” (PE, p. 219).

Mirando aqueles mesmos trunfos, o mundo comunista lançava olhares de cobiça para o litoral brasileiro e para a Amazônia. Por isso, se alguma ameaça havia a estes territórios, frise-se que “não é bem tal ameaça motivada por ambições colonizadoras que aqui pensem encontrar uma fonte de matérias-primas essenciais e, ao mesmo tempo, um mercado para seus produtos manufaturados” (GB, p. 51) (como criticava a esquerda):

Para tal fim aí estaria a África, tradicional campo de luta dos imperialismos colonialistas, muito mais próxima, menos rebelde por certo, rica de matérias-primas valiosas e não protegida nem por um fosso tão respeitável como o Atlântico, nem por interesses vitais de uma superpotência como os Estados Unidos. O que nos ameaça hoje, como ontem, é uma ameaça não dirigida propriamente contra nós, mas sim indiretamente contra os Estados Unidos da América, a qual, mesmo se a entendermos subestimar (...), nem por isso resulta insubsistente. (GB, p. 51)

Uma vez possuidor de tais trunfos (para não falar da “economia não competitiva” e da “larga e comprovada tradição de amizade”), e diante do fato de que entre os hispânicos vizinhos recrudescia um antiamericanismo disfarçado de *terceira posição*, aproveitando-se do envolvimento dos Estados Unidos no além-mar, o Brasil tinha superiores condições de

(...) negociar uma aliança bilateral mais expressiva que não só nos assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul e defendermos, se for o caso, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ameaças extracontinentais, (...) mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estatura do Brasil nesta parte do Oceano Atlântico, posto um termo final a qualquer política bifronte e acomodatória em relação a nosso país e à Argentina. (GB, pp. 50-51)

Reconhecimento da real estatura do Brasil nessas paragens, principalmente em face da Argentina, eis a exigência. Não era à-toa que os países da América do Sul realizavam, não obstante as desconfianças e litígios que os separavam, uma

(...) composição de interesses e uma conjugação de esforços, quando se trate de satisfazer todas as ambições e todos os ressentimentos à custa do vizinho exótico, rico demais hoje em virtude de seu imperialismo prepotente, que nem pode aproveitar devidamente suas terras imensas e cuja vontade se julga andar um tanto alquebrada pela contribuição em alta dose de sangue escravo inferior... (GB, p. 53)

E Golbery quer esquecer o “fato indiscutível”, por ele mesmo revelado: para os norte-americanos, que tanto aprenderam “dos ingleses e de sua fria e calculadora política de equilíbrio de poder”, interessava “justificar e manter e acentuar mesmo, se possível, uma indiferenciação igualitária e niveladora desta paisagem sul-americana, afinal tão próxima e onde não lhes será agradável contar, por certo, com vizinhos poderosos e talvez irrequietos” (GB, p. 175).

A soberania poderia ser objeto, então, de escambo, desde que fosse uma *barganha leal*. Assim, concluía o general, “o direito de utilização de nosso território, seja para o que for, é um direito exclusivo de nossa soberania que não devemos, de forma alguma, ceder por um prato de lentilhas” (GB, p. 52, grifos nossos). O equivalente para os trunfos geopolíticos brasileiros era: “Também nós podemos invocar um ‘destino manifesto’, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do norte...” (GB, p. 52).

*O destino bate à porta!* Havia que decidir: engrandecer-se ou perecer. O primeiro caminho, embora difícil, oferecia a possibilidade de uma grandiosidade futura – que dependia, em primeiro lugar, de uma decisão própria, do Brasil.

Golbery também chamava à responsabilidade, não obstante, as nações do centro capitalista. Afinal, advertia o general, “nesta quadra de agourentos e apocalípticos sismos sociais” (GB, p. 185), o “planeta não pode mais acolher, ao lado de nações abastadas, poderosas e prepotentes, a miséria chocante e, sob todos os aspectos, altamente perigosa, da humanidade que se agita e sofre e procria com altíssima taxa de natalidade, nos rincões menos favorecidos da terra” (GB, pp. 206-207).

Fazia-se necessário e urgente que o mundo capitalista, “do qual representamos, nós todos da América Latina, simples elos mais débeis”, tomasse consciência “afinal, de que não haverá como combater, com segurança de êxito, as promessas do milênio comunista a par das indiscutíveis e até espetaculares realizações no domínio da ciência, da técnica e da produção material de riquezas” senão de um jeito: “oferecendo, aos povos todos subdesenvolvidos da Terra, uma alternativa diversa entre a estagnação e a miséria generalizada, de um lado e, do outro, a industrialização, o progresso material, o poderio nacional, alcançados embora estes, em regime totalitário, à custa de sacrifícios tremendos” (GB, p. 248).



Tais propósitos, entretanto, tinham de ser sinceros e diferenciados:

(...) para fazê-lo, nunca bastarão as prédicas mais ou menos insinceras sobre as virtudes inexcedíveis e sem jaça da livre empresa, a doutrinação cínica em favor da eterna benemerência do capital estrangeiro, as teses cediças sobre as vantagens inigualáveis de um livre-cambismo já defunto e as maravilhas da divisão internacional do trabalho, as apregoadas vocações agrícolas ou as repetidas demonstrações da perfeição admirável do mecanismo automático do mercado livre. Contraproducentes serão, afinal, os empréstimos a contagotas, que cada vez mais jungem o devedor à bolsa ávida e à vontade fria dos prestamistas, o oferecimento de armas quase sempre já obsoletas com que se busca agradar aos militares, a distribuição de comendas para afagar vaidades, de recompensas mais sonantes para pagar dedicações, de tiradas oratórias para embair os incautos e o apoio, ostensivo ou mascarado, a todas as ditaduras vigorosas, a todos os potentados e a todas as corrupções. (GB, p. 248)

Estas eram práticas velhas, conhecidas e falidas. No caso atual, segundo o general, importava dar “uma grande e inconcussa demonstração da vitalidade e poder de criação do próprio regime democrático, no rápido soerguimento de povos subdesenvolvidos a um nível elevado de bem-estar, de riqueza e de progresso” (GB, pp. 248-249). Por meio desta “experiência em vasta escala, indiscutível e inspiradora”, ficaria patenteado que a sociedade cristã-ocidental (que ele denomina aqui de “regime”, sem dizer qual), “sem sacrifício das liberdades públicas, sem opressão da personalidade humana, sem escravização nem trabalho forçado nem campos de concentração nem massacres brutais, é possível romper o ciclo deprimente do subdesenvolvimento econômico e levar um povo à plena realização de seus destinos históricos” (GB, pp. 248-249). De maneira concludente e sugestiva, estaria atestado que as críticas e os ataques contra o

(...) capitalismo explorador e mesquinho, a rapinagem sem freio das grandes empresas internacionais, a odiosa prepotência do imperialismo expropriador de bens e escravizador de nações não mais se coadunariam, em verdade, com uma realidade evolvida a planos muito mais altos de reconhecimento da solidariedade humana e do dever de cooperação entre povos. (GB, pp. 248-249)

De forma que, advertia Golbery, um “desafio crucial” havia sido lançado às “próprias convicções democráticas de todos os povos do Ocidente”, o que significava testar “sua capacidade de sensibilizar e atrair, para a órbita de seu exemplo de vida” as novas nações do sudeste asiático, a África recém-desperta e, inclusive, a América Latina, “ainda mais ou menos indecisas todas, em sua imaturidade política, entre a formação política democrática e a ideologia totalitária do marxismo” (PE, p. 410).

Por fim, ressaltava ainda o general, “o ritmo do desenvolvimento” de cada país, relativamente ao contexto internacional de que fazia parte, “haverá sempre que atender, sob pena de trágica insolvência, ao princípio capital da proporcionalidade do poder ao vulto das responsabilidades e compromissos assumidos” (GB, p. 108).

“Ora”, raciocinava, “nenhuma experiência dessa ordem, mais veemente e mais decisiva, se poderia levar a efeito do que a requerida, hoje, pela grave crise econômica e social que sufoca e esteriliza os esforços desmesurados das populações latino-americanas” (GB, pp. 248-249).

Mais resguardada de interferências por parte do bloco comunista, mais próxima dos centros propulsores do dinamismo norte-americano, dotada de uma boa base territorial e de imensas riquezas ainda quase inexploradas, dispondo de um potencial demográfico e satisfatórios índices de mobilização para tarefas de reconstrução, profundamente cristã, animada de ideais democráticos e criada no seio da própria cultura ocidental, a *América Latina* (...) constitui vasto e promissor campo para uma tal experiência, generosa sem dúvida, mas também de alta significação para a defesa (...) da civilização toda do Ocidente que, atualmente, já se apresenta quase desnuda na sua esterilidade e na sua capacidade de atração, ante a arremetida pertinaz e desagregadora da ideologia marxista. *Redimindo os povos irmãos desta América, o Ocidente redimiria, pela esperança, os povos todos da Terra*. E as sereias comunistas cantariam ao vento insensível suas promessas blandiciosas... (GB, pp. 248-249, grifos nossos).

Desta América Latina, complementava o general, “o Brasil é, em si mesmo, uma expressão e um espelho” (GB, pp. 248-249), “está em condições muito propícias para sentir, perfeitamente, o drama de toda a incontável humanidade subdesenvolvida”, da própria América, da África, das regiões Sul e Sudeste da Ásia até a Indonésia. Poderá, por isso,

(...) servir de intérprete fiel a anseios que bem é capaz de medir, com a certeza de defender causa justa, em benefício da própria Civilização Ocidental cuja missão capital, no momento, é a de oferecer, a todos esses povos desesperançados e frustrados, uma alternativa mais risonha do que a apresentada pelo comunismo. (GB, pp. 197-198)

Além do mais, “pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul”, o Brasil tinha importância ímpar para as “imperiosas necessidades de defesa do Ocidente” e dispunha de todas as condições para tornar-se um dos mais especiais *loci* de aplicação de uma espécie de plano Marshall latino-americano, em cujo espelho as nações subdesenvolvidas de todo o mundo pudessem se mirar e que redundasse em um aumento do desenvolvimento latino-

americano (GB, p. 246). E, “uma vez que integrante, com parcelas bem significativas de seu território e de sua população, de todas as áreas geopolíticas do continente” (GB, p. 135), o desenvolvimento do Brasil teria reflexos imediatos no conjunto da América do Sul.

O Brasil se arvorava, pois, em representante dos interesses de toda a América Latina, e mais, de todos os povos subdesenvolvidos da Terra. Estaria, em troca, oferecendo às potências ocidentais os meios que possuía para a defesa do Ocidente. Seu objetivo final, ao contrário do que absorveram alguns intérpretes (especialmente, a teoria do subimperialismo), era tornar-se uma potência de *nível mundial*, pois apenas nesta escala se estaria, e mesmo assim temporariamente, livre de grandes antagonismos. É importante, pois, reter que a condição do país como “satélite”, *key country* e afins atendia a outros objetivos. Baste exemplificar com a citação abaixo:

Para uma dada nação qualquer, tal oscilação só virá a cessar, em verdade, quando, pelo seu maior desenvolvimento e seu franco progresso, se haja ela distanciado tanto das demais, que perigos e ameaças, na circunvizinhança política, sejam afinal completamente arredados por longo prazo, se não mesmo em definitivo. Em tal caso, porém, a dinâmica das relações internacionais o que tem demonstrado é que essa nação emergirá, propriamente, do círculo regional restrito em que dantes se afirmara e crescerá, passando a integrar agora outro mundo mais dilatado, dentro do qual – a menos que ocupe, desde logo, singular posição pelo seu potencial efetivo – se verá de novo submetida ao constante ritmo de uma mesma oscilação entre ameaças próximas e perigos distantes, agora apenas ampliada numa escala maior. *Só como potência realmente mundial, poderá ela escapar, por algum tempo, a essa pendular atração de seus primordiais interesses de segurança nacional.* Mas, ainda assim, não esqueçamos que a paz ecumênica nunca pôde durar indefinidamente. (GB, p. 170)

De qualquer forma, Golbery não se preocupava em consultar os ditos países da periferia do capital a ver se concordavam com que o Brasil os representasse. Partia do princípio de que, se havia discordância, ela era superável, visto que não era “divergência de propósito, de objetivos, de fins”, mas apenas diferenças quanto à “definição de prioridades, de escala e de ritmo de execução” – fatores fundamentais na efetivação de medidas “para solução definitiva do problema do subdesenvolvimento continental”, cuja definição “representa a distância que vai do insucesso quase certo ao êxito quase de todo garantido” (GB, pp. 249-250).

Reiterava, porém, que “O reconhecimento pelos países líderes do Ocidente, em particular pelos Estados Unidos, da justeza e solidez de nossos anseios dependerá, entretanto, grandemente de nós” (GB, pp. 249-250). “Talvez o que falta deveras seja o conhecimento, por parte dos dinâmicos criadores da grandeza norte-americana, de que exista de

nosso lado uma vontade decidida de aceitar plenamente as responsabilidades que nos cabem, impulsionando uma positiva capacidade realizadora” (GB, pp. 52-53). Por isso, “é preciso argumentar, discutir, esclarecer, com provas, com dados positivos, com propostas concretas” (GB, p. 250).

Já admitindo que a liderança do Brasil não era assim tão natural e automaticamente vista pelos outros países do subcontinente, afirmava que se fazia necessário, também, convencer “todas as outras nações latino-americanas, igualmente interessadas, em uma campanha coordenada e ativa”, bem como “dar demonstrações claras de nossa própria capacidade de realização”, estabelecendo prioridades em relação aos problemas internos “dos que mais nos afligem e barram o franco caminho do progresso” e solucionando-os efetivamente, embora de maneira parcial, em função da escassez de recursos (GB, p. 250).

E mais: “a honestidade de nossos propósitos” deveria ser atestada “pela aceitação consciente de sacrifícios”, da mesma forma que “a firmeza de nossa conduta” o seria “pela austeridade indiscutível na ação”. “É preciso, sobretudo, testemunhar, à evidência, que somos, não só por origem, mas ainda mais por convicção, povos deste mundo livre do Ocidente que estaremos prontos a defender, sem tergiversações covardes nem subterfúgios desonrosos”. Sua defesa dos povos subdesenvolvidos terminava com a afirmação altruísta de que, “para nós, povos desta outra América ainda embrionária e em luta com a miséria e a fome, o penhor supremo da redenção é o senso das responsabilidades próprias na defesa do ocidente” (GB, p. 250).

E será, pois, com uma nota de confiança nos destinos do Brasil que (...) poderemos concluir, salientando que, panregião em si mesmo, nosso país, capaz de articular, sob sua liderança caracteristicamente democrática, as unidades muito menores e de potencial bem mais reduzido que o cercam, está fadado não só a subsistir galhardamente nesse mundo de amanhã em que tantas outras soberanias poderão vir a soçobrar ou diluir-se, mas ainda a firmar-se, no contexto internacional, como campeão das virtudes cristãs e dos inigualáveis padrões democráticos em que, a despeito de passageiros repúdios, sempre desejou e desejará viver e progredir, para engrandecer, por sua vez, a cultura da humanidade. (GB, p. 215)

*Recebido em outubro/2004; aprovado em novembro/2004*

## Notas

\* Excertos modificados de nosso trabalho *O satânico Dr. Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. 1999. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais apresentada à Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP.

\*\* Doutoranda em ciências sociais pela PUC-SP, sob orientação do prof. Dr. Luiz Eduardo Wanderley. Membro do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder.

<sup>1</sup> Podemos citar: SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo, Global, 1981; MELLO, Leonel I. A. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus, Ed. Univ. da Amazônia, 1997; id. “Golbery revisitado: da democracia tutelada à abertura controlada”. In: MOISÉS e ALBUQUERQUE. *Dilemas da consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987; STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975; DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981; COVRE, Maria de L. Manzini. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático 64-81*. São Paulo, Brasiliense, 1983. Mais recentemente, a tetralogia de Elio Gaspari publicada pela Companhia das Letras, da qual o último volume (*A ditadura derrotada*) trata especificamente de Golbery, vem suprir uma lacuna em termos de narrativa factual.

<sup>2</sup> A sigla GB se refere a *Geopolítica do Brasil*, e CN a *Conjuntura política nacional*, conforme COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981. Alguns artigos constam também de id., *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981. Doravante, referiremos tal obra como PE, mencionada, como as demais, no corpo do texto.

<sup>3</sup> Não deixa de soar nota ingênua esta crença no controle político do capital, ainda mais em nível mundial, quando a busca sôfrega do lucro já tinha dado todas as provas de ser o eixo central do sistema. Tais idéias seriam fundamentais para a ditadura, que “se transforma, assim, numa espécie de gestor do capital atrofico subordinado ao imperialismo. A defesa castelista do capitalismo *associado*, uma vez reconhecida nossa posição hierarquicamente inferior aos Estados Unidos, perpassa inteiramente a ideologia da autocracia burguesa. Gestor que atende também aos chamados e desejos do capital estrangeiro. Aliás, repise-se esta dimensão, precisamente aqui se deu a ruptura democrática com a plataforma nacional e popular defendida pelo nacionalismo trabalhista em nosso país”. RAGO FILHO, Antônio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. 1998. Tese de doutorado em História Social apresentada à PUC-SP, São Paulo, p. 143.